

Patrimônio Cultural: título a preservar

» ALDO PAVIANI

Geógrafo urbano, professor emérito da UnB e pesquisador associado do Departamento de Geografia e do Neur/Ceam/UnB



De Luiz Cruls (1984) a Juscelino Kubitschek (1960), não se passaram apenas 66 anos, mas todo um processo até a construção da capital brasileira. Em rápidas pinceladas, consideram-se a “marcha para o oeste”, de Getúlio Vargas, as diversas comissões para a transferência da capital, a escolha do “sítio castanho”, o Relatório Belcher de 1954 e tantas outras medidas, inclusive a inserção de dispositivos para a mudança da capital em diversas Constituições federais. Esse lampejo histórico de Brasília não revela todas as facetas do que foi erguer a capital no Planalto Central.

Nesses aspectos históricos, nota-se que o estabelecido como Patrimônio Cultural da Humanidade, a preservar, tem algo mais do que a bela arquitetura de Oscar Niemeyer e o criativo desenho urbanístico de Lucio Costa. Há outros elementos sócio-históricos sob riscos, além dos apontados pela missão da Unesco.

Pensaram os fundadores numa Brasília para algo entre 500 e 600 mil habitantes — como queria o presidente do júri internacional, Sir William Holford. No tempo transcorrido, considerando a imigração e o crescimento vegetativo local, a cidade abriga cerca de 2,6 milhões de habitantes. Há que levar em conta igualmente cerca de 1 milhão de habitantes da área metropolitana contígua ao DF.

Tal massa populacional, crescendo a taxas superiores à média nacional, pressiona os recursos naturais do DF, requer mais espaços habitacionais e de serviços, como no comércio das entrequadras (onde se constata os puchadinhos), adequações da cidade pensada e a que se

efetivou agigantada. Esses avanços sobre a área verde se constituem em um dos questionamentos dos visitantes da Unesco, levados ao rol dos riscos que podem abalar o nobre título que Brasília ostenta.

Há outras questões importantes a serem sanadas até fevereiro de 2013, prazo dado para nos posicionarmos em favor do que recebemos de nossos antepassados e que deixaremos de herança para as próximas gerações. A vontade política e o desejo dos cidadãos mais conscientes farão a diferença para suprir os questionamentos contidos na advertência referendada pelo Comitê do Patrimônio Mundial, em São Petersburgo. Nesse aspecto, sopesar o urbanismo, a arquitetura, a história e a geografia favorecerá o atendimento dos itens questionados.

No espaço geográfico, parte pequena do DF está no rol dos riscos — mas há que se considerar a totalidade urbana que demanda por serviços e equipamentos, concentrados justamente no Plano Piloto — a área central da metrópole, tombada. Não admira que há riscos para o patrimônio, pois o centro, com apenas 9% da população, detém 64% dos postos de trabalho (segundo o IBGE), o que leva ao engolfamento dos transportes e antecipa o caos na circulação viária de Brasília. O Plano Piloto sempre foi o ponto central da estrutura urbana metropolitana e, por isso, o risco anotado para o item transporte, motivado pela concentração excessiva das atividades econômicas e de serviços.

A discussão sobre o tombamento da área central leva ao argumento falacioso de que “a cidade está sendo engessada”. A lógica imobiliária para ocupar indevidamente a

orla do Lago Paranoá é exemplo de que não há “engessamento” algum. Com o subterfúgio turístico-hoteleiro, ocupam-se terrenos com habitações permanentes, que evidenciam a necessidade de engessamento. O lago é um corpo d’água sob forte pressão, degradando-se aos poucos. Por isso, é urgente que se cancelem permissões para outros empreendimentos imobiliários às margens do lago, um dos riscos indicados pela Unesco.

O Paranoá se constitui em patrimônio inestimável — com ou sem tombamento. O futuro do DF está crucialmente ligado à água e à biota do cerrado. Não se preservando os vegetais, animais e a água, haverá inexoravelmente o definhamento da vida. Então, ao lado da beleza arquitetônica e urbanística, a preservação está nas mãos dos que tomam decisões — executivos, legisladores e dos que fazem cumprir as leis.

No que toca ao Legislativo, atenção merece a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (Pdот). Nele estará especificado o uso da terra urbana (e rural). Por isso, se reveste da maior importância para a defesa da cidade, sobretudo dos que desejam ocupar — de pronto — todo espaço disponível. Esse é erro incalculável, pois a terra é o “ouro vermelho” de Brasília, mas, da mesma forma que o ouro negro, a jazida se esgotará um dia. O uso da terra no DF tem enormes limitações ambientais e sociais e é ela que precisa ser protegida para que o patrimônio não seja dilapidado. As nossas reservas de terra devem ficar para os herdeiros da capital — nossos filhos, netos e descendentes.